



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2026
(Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança)

Apresentação: 11/03/2026 20:55:10.933 - Mesa

RIC n.495/2026

Solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre o programa do Exército Brasileiro para reforçar sua presença institucional com investimento em Comunicação Estratégica.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base nos arts. 50, § 2º, e 70 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministério da Defesa as seguintes informações sobre as Diretrizes Estratégicas do Exército Brasileiro (EB) para 2026, divulgada pelo Comandante do Exército, General Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, durante reunião com Oficiais-Generais no dia 26 de fevereiro, onde consta como ponto principal a Comunicação Estratégica como forma de resgatar a imagem da instituição¹.

Em razão da relevância do tema, totalmente associado à problemática da correta alocação dos recursos destinados à Defesa Nacional, solicito que Vossa Excelência responda, ponto a ponto, aos seguintes questionamentos:

1. Solicito apresentar cópia das Diretrizes Estratégicas do EB para 2026.

¹<https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/comandante-do-exercito-reune-oficiais-generais-e-apresenta-diretrizes-estrategicas-para-2026>

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719



* C D 2 6 4 7 1 7 1 7 8 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

2. Quais são as linhas de esforço e objetivos da “nova Comunicação Estratégica”? Existem indicadores estabelecidos para a medição dos resultados das ações de Comunicação Estratégica?
3. O anúncio oficial no site do EB e indicações reproduzidas em matérias de outros veículos de mídia afirmam que a “Comunicação Estratégica está no centro da agenda” e que o Exército irá “investir pesado” nela. Qual será o custo deste “investimento pesado” em Comunicação Estratégica? Esse investimento para a almejada expansão da Comunicação Estratégica irá requerer aumento de efetivo (pessoal)?
4. Em face da vigência de restrições orçamentárias que impedem a aplicação de recursos em Custeio e Investimento, fato comprovado pelas constantes súplicas por aportes de recursos pelo MD e pelas Forças Singulares, como esse “pesado investimento” em Comunicação Estratégica impactará o orçamento da Força Terrestre?
5. Em relação à pergunta anterior, serão necessários recursos extraordinários para o cumprimento destas Diretrizes? Caso afirmativo, estes recursos estão subsidiados no orçamento de 2026?
6. Qual é o impacto previsto na prontidão operacional da Força ao se deslocar o foco estratégico do Alto Comando para temas de natureza secundária, como o marketing institucional?
7. Considerando que a Defesa da Pátria é a atribuição primária e intransferível das Forças Armadas, como se justifica priorizar o investimento em “Comunicação Estratégica” e “Relações Públicas” em um cenário global de crescente instabilidade e conflitos de alta intensidade?
8. O anúncio do EB, embora aborde muito rapidamente a necessidade de modernização (“reconhecida como fator indispensável para a manutenção da prontidão da Força Terrestre”), tem foco nítido em atividades de comunicação e relações públicas, classificadas como “temas centrais” da pauta. A Comunicação Estratégica, em particular

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

foi definida como “vetor essencial para o fortalecimento institucional. O assunto evidenciou a importância do alinhamento, integração e sincronização da mensagem oficial e das ações do Exército, contribuindo diretamente para o fortalecimento interno e para a preservação da imagem e da reputação da Força perante a sociedade”. Essa argumentação remete claramente à uma preocupação midiática do EB com a sua queda de popularidade entre a população, uma preocupação maior com o “parecer” que com o efetivamente “ser”. Até que ponto o foco na “preservação da imagem” não desvia a Força Terrestre de sua vocação nuclear, que é o preparo para o combate e a manutenção da dissuasão?

9. Com relação às medidas de comunicação conduzidas pelo EB, cabe refletir sobre a alocução do Comandante do EB, General Tomás, aos Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, na qual afirmou, em tom motivacional, que os futuros oficiais terão a oportunidade de participar de diversas operações de “emprego real”, citando como exemplo a Operação “Carro-Pipa”². O enquadramento de atividades assistenciais, tais como a operação de carros-pipa, sob o conceito de “Emprego Militar”, não representaria uma distorção doutrinária que confunde funções logísticas subsidiárias com a missão constitucional de combate?
10. O MD e o EB esperam que o exercício corriqueiro de tarefas não militares pode, de fato, resgatar a credibilidade perdida junto à população?
11. A tese de que o assistencialismo é o principal pilar de manutenção da confiança social não subestima a capacidade da população de

2 Durante sua fala aos futuros oficiais, o General Tomás ressaltou que essa é a geração caracterizada pela oportunidade de atuar em situações reais de emprego do Exército: “Todos os dias, em média, temos 56 operações conduzidas pelo Exército em todo o Brasil. Vocês são a geração do emprego”, referindo-se às Operações Acolhida, Tocantins, Catrimani II, Carro-Pipa, Taquari I e II, Ágata Norte, dentre tantas outras. Canal do Instagram do Exército Brasileiro (<https://www.instagram.com/p/DCSeghyOnd3/>).

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

valorizar uma Força Armada pela sua competência operacional e capacidade de dissuasão?

12. Com relação ao público interno, qual a avaliação do MD e do EB sobre a divulgação de ações não relacionadas à atividade militar em relação à motivação do pessoal? O EB espera que seus militares se sintam mais motivados em serem associados com prestadores de serviços sociais do que com um Soldado?
13. Ainda no tocante à Comunicação Estratégica, temos observado o trabalho magistral conduzido pelos países europeus da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao utilizar a ameaça representada pela Rússia para conscientizar suas populações quanto à necessidade de dar mais importância aos assuntos de Defesa, aportando mais recursos orçamentários às suas Forças Armadas e estimulando o recrutamento. No Brasil tivemos o exemplo recente da Venezuela, desde as ameaças do regime de Maduro de anexar o Essequibo à Guiana ao culminar de uma incursão bélica dos Estados Unidos da América nas adjacências de nossa fronteira. Uma guerra real próxima a nós. Considerando estes apontamentos, como a nova Comunicação Estratégica do EB, “vetor estratégico” da Força Terrestre e que receberá “pesado investimento”, pretende usar essa linha similar a essa prática bem-sucedida? A “ideia força” da Comunicação será a necessidade de fortalecer o aparato militar para a defesa da Pátria em face de riscos reais ou a ênfase recairá sobre as atividades subsidiárias e assistencialistas, como entregar carros-pipa, cestas básicas e reparo de rodovias?

JUSTIFICAÇÃO

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

No contexto do conturbado ambiente geopolítico, marcado pela competição estratégica de longo prazo entre blocos de nações, o Continente Sul-Americano voltou a ganhar grande relevância pela mudança de postura estratégica dos EUA, materializada pelo “Corolário Trump” da “Doutrina Monroe” (apelidado de “Doutrina Donroe”). Sob a administração Trump 2.0, os EUA passaram a considerar as Américas como área estratégica prioritária, estando expressamente previsto em sua nova versão da Estratégia de Segurança Nacional (2025) que pretendem intervir política e até militarmente em países da América Latina sempre que considerarem necessário para proteger seus interesses, entre os quais se alinham o combate ao narcotráfico e impedir “incursões estrangeiras hostis”, em evidente alusão à China, Rússia e Irã. A recente intervenção militar dos EUA na Venezuela, adjacente às nossas fronteiras, fato inédito nas Américas a longo tempo, foi uma amostra da determinação de Donald Trump em levar adiante sua política.

Em meio a esse cenário de acentuada instabilidade na segurança global, o fortalecimento das capacidades militares nacionais deveria ser a prioridade absoluta. Causa estranheza, portanto, que as novas Diretrizes Estratégicas do Comandante do Exército para 2026 priorizem eixos como "Comunicação Estratégica" e "preservação da reputação institucional" em detrimento do urgente incremento do poder de combate da Força Terrestre.

Segundo o portal Direita Online, a Força busca estratégias para "reforçar sua presença institucional" e pretende "investir pesado em comunicação estratégica" para recuperar a confiança pública³. É motivo de profunda apreensão que tal preocupação, de natureza secundária, tenha sido o tema central de uma reunião com todo o Alto Comando em Brasília. Esse ato simbólico evidencia uma inversão de prioridades: confere-se uma importância desproporcional à forma (imagem), enquanto o conteúdo (preparo bélico) parece relegado a segundo plano.

A Defesa da Pátria é a responsabilidade primária e intransferível das Forças Armadas. Ela materializa o monopólio estatal do uso legítimo da força contra

3 <https://direitaonline.com.br/exercito-plano-recuperar-confianca-da-sociedade/>.

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

ameaças externas — uma atribuição constitucional que não pode ser delegada. O preparo para o emprego do poder militar é a razão de ser da Força e jamais deve ser negligenciado em favor de ações de relações públicas.

Existem órgãos civis com vocação e expertise específicas para tarefas subsidiárias que hoje consomem recursos militares. Por exemplo:

- SUDENE e CODEVASF: Vocacionadas ao atendimento das populações afetadas pela seca;
- FUNASA e FUNAI: Responsáveis pela assistência médica a ribeirinhos e indígenas;
- DNIT: Ente competente para a infraestrutura rodoviária.

A tese de que o assistencialismo é o caminho para manter a boa imagem da caserna é um equívoco doutrinário. Ao focar em ações subsidiárias para gerar simpatia popular, compromete-se o amálgama de valências que define o combatente. Em última análise, uma Força Armada que prioriza a "comunicação" sobre a "dissuasão" acaba por desacreditar qualquer plano estratégico, pois a verdadeira reputação militar constrói-se pela competência operacional e pela prontidão para o combate.

A prioridade total e absoluta do Exército DEVE ser, OBRIGATORIAMENTE, preparar o Poder Militar Terrestre para, em conjunto com o Poder Naval e o Poder Aeroespacial, ficar em condições de ser empregado para defender a Pátria contra inimigos externos. Todo o restante constituirá, em maior ou menor grau, desvio de finalidade.

Na doutrina de planejamento militar, o termo emprego define o uso das capacidades das Forças Armadas em ações táticas e operacionais voltadas à defesa nacional ou à estabilidade institucional. Classificar a operação de carros-pipa como 'emprego militar' é uma distorção conceitual flagrante. Questiona-se, portanto, a razoabilidade de investir tempo e orçamento na divulgação de tais atividades

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

como se fossem pilares da estratégia de Defesa, quando, na verdade, representam apenas um desvio das competências nucleares da Força.

Nesse sentido, submetemos o presente Requerimento com o objetivo precípuo de subsidiar a formação de um juízo técnico e detalhado no âmbito do Parlamento. É imperativo que o debate sobre a condução da Política Nacional de Defesa transcenda a mera reivindicação orçamentária e enfrente, com transparência, a definição de prioridades estratégicas reais. Buscamos, com estes questionamentos, formular soluções concretas que assegurem a eficácia na aplicação do gasto público, garantindo que cada centavo investido reverta efetivamente em dissuasão e segurança para a sociedade brasileira. A Defesa da Pátria contra ameaças externas exige profissionalismo e gestão rigorosa, não admitindo que recursos escassos sejam drenados por distorções administrativas ou interesses alheios à missão constitucional das Forças Armadas.

Sala das Sessões, em de março de 2026.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA
PL/SP

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD264717178400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança

